

~~sido enviada em período intempestivo, por motivo que o Recorrente desconhece, o mesmo alega que no momento em que fora citada para saneamento das falhas apontadas no Relatório Técnico Inicial, todos os processos licitatórios foram devidamente realizados e como prova disso, envia anexado aos autos, cópias em meio impresso e digitalizado (pen drive), ou seja, todas as despesas foram contraídas com regular processo licitatório.~~

~~Da preliminar análise realizada, com base nos fatos, fundamentos e documentos, colecionados pelo Recorrente, observa-se que o mesmo contemplou em seu recurso a impugnação específica quanto à falha que conduziu a não aprovação das contas de gestão, exercício financeiro de 2011, do FUNDEB de Melgaço, e, ainda, impugna especificamente a aplicação de recolhimento em favor do FUMREAP/TCM, a título de multa, no valor global de R\$ 6.472,80 (seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), valor este equivalente a 2.000 (duas mil), UPF PA – Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará, conforme consignado em Relatório e Voto do Conselheiro Relator CEZAR COLARES, às fls. 239-254.~~

~~4. DA CONCLUSÃO:~~

~~Por todo exposto, ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, em seu duplo efeito devolutivo e suspensivo nos termos do §2º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016, exclusivamente, quanto à matéria recorrida.~~

~~Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para a competente publicação desta decisão, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo §3º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016.~~

~~Belém-PA, em 23 de janeiro de 2018.~~

~~Conselheiro DANIEL LAVAREDA~~

~~Presidente / TCM-PA~~

DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE

DE CONSULTA

Processo nº 201800290-00

Classe: Consulta

Consulente: B.C. MUSAN LOGÍSTICA EIRELLI – EPP

Representante Legal: Waldemar Santana J. N. Matos

Instrução: Diretoria Jurídica – DIJUR

Exercício: 2018

Tratam os autos de Consulta (fls. 01/02), protocolada em 10.01.18, pela empresa B.C. MUSAN LOGÍSTICA EIRELLI – EPP, a qual subscrita pelo Sr. Waldemar Santana J. N. Matos, representante legal, com arrimo no art. 298 e seguintes, do RITCM-PA, objetivando a manifestação deste TCM-PA, em caso concreto, vinculada a contratação pela Administração Pública de Cooperativa de Trabalho vinculada ao transporte escolar fluvial.

Cumpr-me destacar, por oportuno, que não foram carreados a petição protocolada neste TCM-PA, qualquer documentação relativa a constituição da referida empresa e, tampouco, qualquer documento comprobatório da representatividade do Sr. Waldemar Santana J. N. Matos, para atuar em nome desta.

Em razão da não vinculação do consulente à Poder Público Municipal, afastando, portanto, a prevenção jurisdicional dos demais Conselheiros deste TCM-PA, nos termos do §1º, do art. 300, do RITCM-PA, os autos seguiram à Presidência, para exame preliminar de admissibilidade, razão pela qual, nos termos do §4º, do mesmo dispositivo regimental, determinei a remessa e manifestação da Diretoria Jurídica, em 15.01.18, a qual devidamente consignada aos autos, conforme despacho à fl. 04.

1. DA LEGITIMIDADE:

Para consignação do juízo de admissibilidade da proposição consultiva assentada aos apresents autos, torna-se necessário o rigoroso exara das condições de formais e materiais estabelecidas pela Lei Complementar n.º 109/2016 (Lei Orgânica do TCM-PA), dentre os quais, consigna-se a legitimidade para formulação de Consulta, perante o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, conforme consta do rol consignado pelo Art. 299, da LC n.º 109/2016, in verbis:

Art. 299. Estão legitimados a formular consulta:

I – o Prefeito;

II – o Presidente da Câmara Municipal;

III – os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;

IV – os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V – as entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

No caso em tela, verifica-se que o Consulente, não está entre os legitimados para formular Consulta perante esta Corte de Contas, não havendo assim a possibilidade de admissibilidade para resposta por parte deste TCM/PA.

2. DO MÉRITO:

Inobstante a impossibilidade legal e, por conseguinte, regimental de admissibilidade e processamento da consulta formulada, junto aos presentes autos, destaco que a matéria submetida ao TCM-PA, conforme detalhamento constante às fls. 01 e 02, encerra questionamentos de legalidade e aplicação de regras de direito cooperativo, societário e trabalhista, os quais, a priori, estranhos a competência fiscalizatória deste Tribunal de Contas.

Neste sentido, insta-me destacar que os pontos de questionamento formulados, estão centrados nas condições de trabalhador celetista ou cooperado de tribulação de embarcações; da vedação de contratação de mão de obra subordinada por cooperativas e da aplicabilidade de regras consignadas pelo regime celetista aos envolvidos na execução de tais serviços.

Tais considerações reforçam a impossibilidade de conhecimento da vertente consulta, a teor do previsto no Art. 298, Inciso IV, do RITCM-PA, o qual assenta como requisito de admissibilidade da consulta, que a mesma enfrente “matéria de competência do Tribunal de Contas”.

3. DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, INADMITO o presente CONSULTA, formulada pela Empresa. B.C. MUSAN LOGÍSTICA EIRELLI – EPP, que visa dirimir dúvida em relação ao repasse a sócios cooperados e contratação de mão de obra subordinada, por entidade Cooperativa que execute contratos com o Poder Público, em razão da ilegitimidade de parte (Art. 298, Inciso I, do RITCM-PA) e dada a incompetência do Tribunal de Contas, para apreciação da matéria consignada (Art. 298, Inciso IV, do RITCM-PA).

Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para comunicação do interessado por meio de ofício e, ainda, através da competente publicação desta decisão, na forma legal e regimental, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.

Belém-PA, em 23 de janeiro de 2018.

Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**

Presidente TCM-PA

DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE

DE CONSULTA

PROCESSO Nº 201705131-00

~~ASSUNTO: CONSULTA~~

~~ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO~~

~~INTERESSADO: DARTE VASQUES~~

~~EXERCÍCIO: 2017~~

~~Trata-se de consulta formulada pela Procuradoria Geral do Município de Marapanim, por meio de seu Procurador Geral Darthe Vasques nos seguintes termos:~~

~~1- A identificação de pessoas na folha de pagamento do Município de Marapanim co cargo “Aposentado” e “Pensionista”;~~

~~2- Que essas pessoas não exercem nenhuma função e/ou atividade na Administração Pública Municipal, consequentemente não possuem ponto ou frequência de trabalho;~~

~~3- Que o Município de Marapanim não possui Instituto de Previdência próprio;~~

~~4- Ante sua inexistência, que os beneficiários consequentemente jamais contribuíram para um Instituto de Previdência de Município;~~

~~5- E que a maioria dessas pessoas está há aproximadamente 20 (VINTE) anos recebendo seus proventos desta forma.~~

~~Destarte, solicito Parecer sobre todo o exposto, quanto à viabilidade de se manter estes pagamentos.~~

~~Os autos foram a mim encaminhados, em razão do município, no exercício de 2017, fazer parte do grupo de jurisdicionados sob minha responsabilidade, nos termos do art. 300, do Regimento Interno vigente.~~

~~É o Relatório.~~

ADMISSIBILIDADE

~~A consulta foi formulada pelo Procuradoria Geral do Município de Marapanim, por meio de seu Procurador Geral Darthe Vasques, sem comprovação do seu vínculo com o Município.~~

~~De outra banda, a presente Consulta não se apresenta de forma objetiva, se referente à caso concreto, qual seja, a situação de aposentados e pensionistas, fatos que colidem com o previsto no Art. 298, Incisos II e III, do Regimento Interno desta Corte de Contas que diz:~~

~~Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas;~~